

# SUMÁRIO

## LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Introdução e panorama internacional do combate à corrupção .....	25
Natureza jurídica .....	34
Fundamento constitucional .....	39

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º .....	44
Sujeitos ativos dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção.....	44
Não concorrência com o sistema da Lei de Improbidade Administrativa.....	46
Sujeito Passivo dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção.....	47
Art. 2º .....	49
Art. 3º .....	54
Responsabilidade dos dirigentes .....	54
Art. 4º .....	58
Sucessão de pessoas jurídicas.....	59
Alienação de empresa falida e sucessão das obrigações anticorrupção.....	60

### CAPÍTULO II

#### DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º .....	60
Introdução aos tipos da Lei Anticorrupção .....	62
Rol exemplificativo.....	63
Corrupção privada.....	64

Conceito de administração pública .....	65
Corrupção ativa .....	66
Financiamento à corrupção.....	70
Utilização dissimulada de interposta pessoa.....	72
Fraude ao caráter competitivo da licitação.....	74
Perturbação de processo licitatório .....	79
Afastamento de licitante .....	80
Estelionato licitatório.....	81
Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	85
Manipulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	87
Obstrução da investigação.....	89

## CAPÍTULO III

## DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º.....	91
Introdução.....	92
Pena de multa.....	95
Publicação extraordinária da decisão condenatória .....	97
Dosimetria das penas.....	98
Art. 7º.....	101
Circunstâncias e parâmetros para fixação da pena e a discricionariedade regrada .....	102
Teoria das margens.....	103
Definição de <i>compliance</i> .....	111
Parâmetros de um programa de integridade .....	117
<i>Compliance Officer</i> .....	125
A posição de garante do <i>Compliance Officer</i> na legislação brasileira.....	128
Efeitos do <i>Compliance</i> .....	136
Natureza da norma que instituiu o programa de integridade ou <i>Compliance</i> ...	139
<i>Compliance</i> como instrumento de combate à corrupção .....	144
Avaliação dos programas de integridade/ <i>compliance</i> .....	147
CrITÉRIOS avaliativos dos programas de integridade/ <i>compliance</i> .....	149
Primeiro aspecto na avaliação: as condições de constituição do programa de integridade pela pessoa jurídica .....	150

Segundo aspecto na avaliação: as condições de aplicação do programa de integridade na atividade rotineira da pessoa jurídica .....	154
Terceiro aspecto na avaliação: a atuação concreta da pessoa jurídica quando da ocorrência do ato ilícito em apuração .....	159
As provas da efetividade do programa de integridade .....	161
Prognóstico do <i>Compliance</i> .....	162
<i>Compliance</i> criminal.....	164
<i>Compliance</i> em direitos humanos .....	171
<i>Compliance</i> administrativo ou público .....	171
<i>Compliance</i> ambiental .....	173
<i>Compliance</i> trabalhista.....	173
<i>Compliance</i> tributário.....	174
<i>Compliance</i> bancário.....	174
<i>Compliance</i> digital .....	174
<i>Compliance</i> desportivo.....	175
<i>Compliance</i> médico.....	175

CAPÍTULO IV  
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º .....	176
Introdução.....	176
Verificação preliminar.....	178
Legitimidade ativa para processo administrativo .....	183
Delegação da competência para instaurar o processo administrativo.....	183
Competência da CGU.....	184
Art. 9º .....	185
Legitimidade administrativa para ilícitos internacionais.....	185
Art. 10 .....	186
Regime constitucional do processo administrativo.....	187
Comissão processante.....	188
Procedimentos gerais.....	190
Art. 11 .....	193
Direito de defesa no processo Administrativo.....	193

Art. 12 .....	195
Relatório final, alegações finais, julgamento e recurso .....	195
Art. 13 .....	197
Procedimento de reparação de danos .....	198
Art. 14 .....	198
Desconsideração da personalidade jurídica.....	198
Art. 15 .....	202
Comunicação ao Ministério Público .....	202

## CAPÍTULO V

## DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16 .....	203
Conceito e origem do Acordo de Leniência.....	205
Fundamento convencional do Acordo de Leniência .....	209
Natureza Jurídica do Acordo de Leniência.....	209
A ética do Acordo de Leniência.....	210
Condições do Acordo de Leniência.....	213
Requisitos do Acordo de Leniência .....	216
Legitimidade para celebração do Acordo de Leniência.....	223
Papel do Tribunal de Contas no Acordo de Leniência.....	228
Acordos de Leniência e o problema da legitimidade concorrente e disjuntiva ....	230
Efeitos do Acordo de Leniência.....	232
Limites e condições possíveis em um Acordo de Leniência.....	236
Cláusulas mínimas do Acordo de Leniência .....	238
Publicidade do Acordo de Leniência.....	245
Proposta de Acordo de Leniência recusada.....	245
Descumprimento do Acordo de Leniência .....	248
Revisão e Modificação do Acordo de Leniência.....	251
Homologação do Acordo de Leniência .....	252
Impossibilidade de modificação das cláusulas negociadas.....	254
Valor probatório das declarações prestadas em um Acordo de Leniência .....	255
Anulação do Acordo de Leniência.....	256
Interrupção da prescrição .....	256

Art. 17 .....	257
Acordo de leniência e acordo de não persecução cível.....	257
Acordo de Leniência nas infrações da Lei de Licitações .....	257

CAPÍTULO VI  
DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18 .....	259
Instância civil de responsabilidade da pessoa jurídica .....	259
Art. 19 .....	260
Legitimidade ativa para ação de responsabilidade objetiva por ato de corrupção.....	261
Sanções cíveis ou judiciais previstas na Lei Anticorrupção.....	263
Rescisão do contrato.....	269
Art. 20 .....	270
Responsabilidade Judicial suplementar à administrativa .....	270
Art. 21 .....	271
Microssistema da ação coletiva.....	271
Competência.....	272
Considerações gerais.....	272
Condenação em reparar o dano.....	275
Obrigatoriedade da execução da ação coletiva.....	276

CAPÍTULO VII  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 .....	276
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP .....	277
Art. 23 .....	280
Dever de informação .....	280
Art. 24 .....	281
Destinação dos valores e bens decorrentes da aplicação da Lei .....	281
Art. 25 .....	283
Prescrição.....	283

Prescrição intercorrente .....	287
Art. 26 .....	288
Art. 27 .....	288
Dever de agir da autoridade pública.....	288
Art. 28 .....	290
Aplicação extraterritorial .....	290
Art. 29 .....	291
Art. 30 .....	291
A independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Improbidade .....	292
Efeitos transversais do Acordo de Leniência .....	295
Independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Licitações.....	304
Art. 31 .....	305
Quadro comparativo entre Lei de Improbidade e Lei Anticorrupção Empre- sarial.....	305
Bibliografia .....	311
Periódicos.....	321

## ANEXOS

ANEXO 1	
<i>Checklist</i> de programa de integridade ou <i>compliance</i> .....	325
ANEXO 2	
Modelo de Acordo de Leniência.....	333
ANEXO 3	
Modelo de ação por prática de ato ilícito previsto na Lei 12.846/2013.....	341